



**Ministério
das Finanças**

SÍNTESE DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL ABRIL 2021

Mai 2021

ÍNDICE

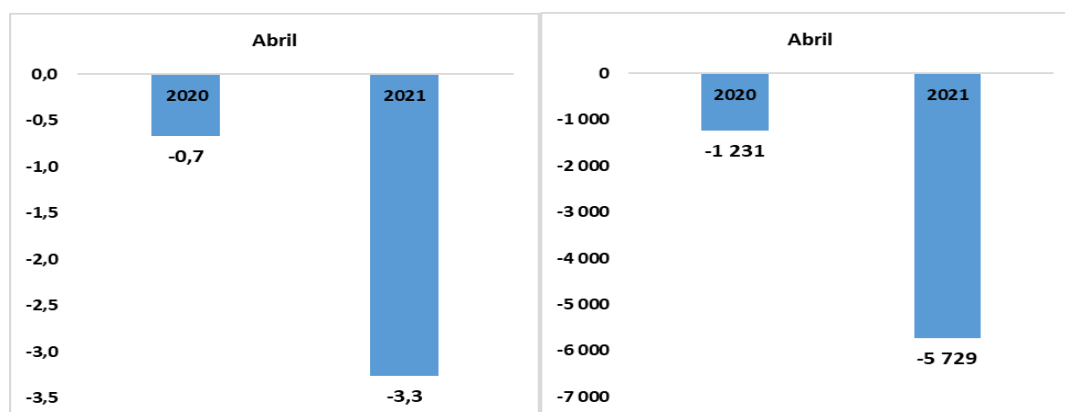
1. Síntese Geral de Execução Orçamental Mensal	2
2. Análise das Receitas Totais	3
2.1. Receitas (não inclui venda de ativos)	5
2.2. Venda de Ativos Não Financeiros	7
3. Análise das Despesas Totais e Ativos Não Financeiros	7
3.1. Por Classificação Económica	7
3.1.1. Despesas	8
3.1.2. Ativos Não Financeiros	10
3.2. Por Tipo de Financiamento	11
4. Projetos em Resposta à Covid-19	12
5. Dívida Pública	13

1. Síntese Geral de Execução Orçamental Mensal

A 30 de Abril de 2021, o valor provisório do saldo global foi negativo em 5.728,5 milhões de CVE, ou seja, um défice de 3,3% do PIB projetado pelo Ministério das Finanças (MF)¹. Este resultado se traduziu num agravamento 2,6 p.p., em face ao mesmo período de 2020.

Observa-se, ainda, que o saldo corrente primário/PIB foi negativo em 2,4%, agravando-se em 2,5 p.p., comparativamente ao período homólogo, continuando, assim, a refletir o impacto negativo da pandemia na económica cabo-verdiana e, conseqüentemente, nas receitas do Estado, afetando a capacidade de financiamento com recursos endógenos.

Gráfico 1 - Evolução do Saldo Global (em % do PIB e em milhões de CVE)



Fonte: MF

Os resultados provisórios da execução orçamental registada em abril de 2021, comparativamente ao mesmo período de 2020, decorrem:

- da diminuição das receitas totais em 23,9% (-3.615,9 milhões de CVE);
- do agravamento das despesas totais em 7,4% (-1.171,3 milhões de CVE); e
- da diminuição em ativos não financeiros líquidos em 56,9% (-289,2 milhões de CVE), justificado, essencialmente, pela venda de ativos superiores ao registado no mesmo período do ano anterior (2021: 363,1 milhões de CVE; e 2020: 45,4 milhões de CVE).

¹ Considerou-se o PIB reprogramado (175.616 milhões de CVE), sendo que o PIB projetado inicialmente aquando da proposta do OE 2021 foi de 183.748 milhões de CVE.

Quadro 1 - Evolução das Operações Financeiras do Estado

	2020		2021			
	Orç. Ret.	Abr	Orç. Inicial	Abr	Grau Exec.	Tax. Hom
1. Total Receitas	53 869	15 104	58 038	11 488	19,8	-23,9
1.1 - Receitas Correntes (excluindo donativos)	45 309	14 338	53 988	11 027	20,4	-23,1
Impostos	33 952	12 425	39 765	9 540	24,0	-23,2
Segurança Social	70	15	71	19	26,7	23,9
Transferências (donativos)	8 559	766	4 050	462	11,4	-39,8
Outras Receitas	11 288	1 898	14 151	1 468	10,4	-22,6
2. Total Despesas	64 974	15 827	61 004	16 998	27,9	7,4
Despesas com Pessoal	23 648	6 759	24 230	7 059	29,1	4,4
Aquisição de Bens e Serviços	15 438	2 038	11 372	2 157	19,0	5,8
Juros correntes	5 187	1 679	5 463	1 713	31,4	2,0
Subsídios	891	200	629	529	84,2	164,1
Transferências Correntes	8 072	1 901	7 389	1 810	24,5	-4,8
Benefícios Sociais	8 046	2 509	8 071	2 892	35,8	15,3
Outras despesas correntes	3 692	535	3 851	517	13,4	-3,3
3. Resultado Operacional Bruto	-11 105	-723	-2 966	-5 510	185,7	662,4
4. Ativos não Financeiros	9 851	508	15 059	219	1,5	-56,9
Compra ativos não financeiros	10 301	553	16 892	582	3,4	5,2
Venda ativos não financeiros	451	45	1 833	363	19,8	700,1
5. Global Global (1-2-4)	-20 956	-1 231	-18 025	-5 729	-	-
Saldo global (em percentagem do PIB)	-11,4	-0,7	-9,8	-3,3	-	-
Saldo Corrente Primario (1.1-2.1+juros)	-14 574	189,2	-1 554	-4 258	-	-
Saldo Corrente Primario (em percentagem do PIB)	-7,9	0,1	-0,8	-2,4	-	-
6. Financiamento	20 956	2 358	18 025	4 983	-	-
6.1 Ativos Financeiros	-4 569	-171	1 130	-594	-	-
Empréstimo Concedidos Mi - Amortizações	392	25	2 303	12	-	-
Empréstimos Concedidos Mi - Concedidos	-4 664	-4	-579	-315	-	-
Ações e Outras Participações Mi - Aquisição	-1 445	-192	-1 100	-292	-	-
Depositos Cert. Poup. Mi - Levantamentos	1 148		506	0	-	-
6.2 Passivos Financeiros	25 525	2 530	16 895	5 577	-	-
Interno líquido	5 488	2 347	5 870	4 820	-	-
Sistema bancário	5 633	2 328	6 055	2 686	-	-
Empréstimos obtidos Pmi - Aquisições	12 552		13 639		-	-
Empréstimos obtidos Pmi - Amortizações	-6 919		-7 584		-	-
Empréstimos obtidos Pmi - Amortizações Leasing	-145	-41	-185	-50	-	-
Despesa por compensar na conta do Tesouro no BCV		-1 292		-466	-	-
Pagamento de Cheques e transferência em Transito		946		53	-	-
Outras operações de tesouraria				-553	-	-
Sistema não bancário		407		3 150	-	-
Externo líquido	20 037	182	11 025	758	-	-
Empréstimos obtidos Pme - Aquisições	22 677	2 117	17 440	2 289	-	-
Empréstimos obtidos Pme - Amortizações	-2 640	-1 935	-6 415	-1 532	-	-
7.GAP Financiamento (5 - 6)	0	1 128	0	-746	-	-

Fonte: MF

2. Análise das Receitas Totais

As receitas totais da Administração Central, arrecadadas até abril de 2021, atingiram 11.851,4 milhões de CVE, registando uma diminuição de 21,8%, comparativamente ao período homólogo.

Quadro 2 - Evolução das Receitas Públicas Orçamentais

Mapa I - Receitas por Classificação Económica	2020		2021			
	Orç. Ret.	Abr	Orç	Abr	Grau Exec.	Tax. hom
Impostos	33 952	12 425	39 765	9 540	24,0	-23,2
Imposto único sobre rendimentos	11 558	3 279	10 423	2 460	23,6	-25,0
IR-PS	6 249	2 099	5 991	1 775	29,6	-15,4
IR-PC	5 309	1 180	4 432	685	15,4	-42,0
Outros impostos directos		193	570	138	24,2	-28,7
Tributo Especial Unificado - TEU		193	570	138	24,2	-28,7
Imposto sobre bens e serviços	15 582	6 356	19 278	4 522	23,5	-28,9
Imposto sobre o valor acrescentado	12 895	5 230	16 028	3 817	23,8	-27,0
IVA DGA	6 424	2 369	7 518	2 318	30,8	-2,1
IVA DGCI	6 471	2 675	8 510	1 499	17,6	-44,0
Imposto consumo especial	1 617	635	1 955	501	25,6	-21,1
Contribuição turística	513	284	613	13,2	2,2	-95,3
Taxa ecológica	557	208	682	191	28,0	-8,1
Impostos sobre transações internacionais	6 240	2 353	8 853	2 200	24,8	-6,5
Direitos de importação	5 966	2 251	8 544	2 104	24,6	-6,5
Taxa comunitaria CEDEAO	273	102	309	96	31,0	-5,8
Outros impostos	572	243	642	220	34,3	-9,6
Imposto de selo	534	226	603	215	35,6	-4,7
Imposto especial sobre jogos	38	18	39	5	13,6	-70,4
Segurança Social	70	15	71	19	26,7	23,9
Taxa social única	0	0	0	0,0	0,0	0,0
Contribuições para a segurança social	68	15	71	18,9	26,6	24,2
Outras Contribuições	1	0	0	0,2	33,9	-5,8
Transferências	8 559	766	4 050	462	11,4	-39,8
De Governos Estrangeiros	7 492	761	3 504	88,8	2,5	-88,3
Ajuda Orçamental	1 957	660	1 029	0	0,0	-100,0
Ajuda Alimentar	304	31	307	36	11,8	15,7
Donativos directos	5 230	69	2 168	53	2,4	-24,3
De Organizações Internacionais	604	5	51	224	440,4	4 026,4
Das Administrações Públicas	464	0	495	148	30,0	0,0
Outras Receitas	11 288	1 898	14 151	1 468	10,4	-22,6
Rendimentos de propriedade	3 502	150	5 384	168	3,1	11,8
Venda de bens e serviços	6 366	1 581	7 317	1 194	16,3	-24,5
Multas e outras penalidades	299	85	318	46	14,5	-45,6
Outras transferências	425	8	320	11	3,5	45,3
Outras receitas diversas e não especificadas	695	74	813	48	5,9	-34,6
Receitas	53 869	15 104	58 038	11 488	19,8	-23,9
Ativos e Passivos	451	45	1 833	363	19,8	700,1
Ativos não Financeiros	451	45	1 833	363	19,8	700,1
TOTAL RECEITAS	54 319	15 150	59 871	11 851	19,8	-21,8

Fonte: MF

2.1. Receitas (não inclui venda de ativos)

As receitas arrecadadas até abril de 2021, atingiram 11.488,3 milhões de CVE, registando uma diminuição de 23,9%, comparativamente ao período homólogo. Esta performance resulta da conjugação da (i) diminuição da arrecadação em sede dos impostos diretos (-25,0%), dos impostos indiretos (-22,5%), das outras receitas (-22,6%), dos donativos (-39,8%) e do aumento da segurança social (+23,9%).

Em relação aos Impostos diretos, é de se destacar que o decréscimo de 25,2%, decorrente da evolução das receitas arrecadadas em sede do:

- Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Singulares – A arrecadação em sede do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares ascendeu no período a 1.775,1 milhões de CVE, registando uma evolução em termos homólogo de -324,2 milhões de CVE (-15,4). A variação da arrecadação deste imposto, em face ao período homólogo, advém do facto de, até ao mês de abril de 2020, a pandemia da Covid-19 ainda tinha um impacto muito baixo em Cabo Verde, pelo que as receitas ainda não registavam o impacto disruptivo da pandemia, contrariamente a abril de 2021. Quanto ao desfasamento face às metas, ainda não se verifica a recuperação da economia esperada ao longo do ano, com impacto no emprego e nos rendimentos das pessoas singulares.
- Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Coletivas – A receita cobrada em sede do imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas cifrou-se no período em 685,6 milhões de CVE, registando uma evolução negativa em termos homólogos de 494,9 milhões de CVE (-42,0%), consequência da comparação de um período com fortes impactos da crise pandémica com os do ano anterior em que tal não se verificou nos 3 primeiros meses. No caso das metas, do facto se assistir a um grande volume de pedidos de pagamento em prestações deste e de outros impostos por parte dos contribuintes, devido aos fortes impactos da crise na tesouraria das empresas.
- Tributo Especial Unificado (TEU) registou no período em análise uma execução de 138,0 milhões de CVE, traduzindo assim uma evolução negativa de 55,4 milhões de CVE (-28,7%) em relação ao mesmo período do ano anterior e de -52 milhões de CVE (-27,4%) em face às metas, sendo a variação

homóloga explicada pelos fortes impactos da crise da Covid-19 nos contribuintes, do REMPE neste caso, e o desempenho face às metas em parte consequência dos pedidos de pagamento em prestações mais alargadas que o OE 2021 veio prever.

Quanto aos impostos indiretos, o decréscimo de 22,5% deveu-se, essencialmente, às variações conjugadas das seguintes rubricas:

- Imposto sobre o Valor Acrescentado – o IVA registou no período em análise uma execução de 3.816,5 milhões de CVE, traduzindo uma evolução negativa de 1.413,3 milhões de CVE (-27,0%). Este decréscimo na cobrança deste imposto deriva dos fortes impactos da crise da Covid-19, principalmente a nível do Turismo, e das medidas excecionais decretadas pelo Governo, nomeadamente a possibilidade de pagamento, excecionalmente, em prestações, que o OE 2021 veio prorrogar em relação ao ano de 2020. Ao nível das metas, o desfasamento traduz o facto da recuperação económica esperada, mesmo que em níveis reduzidos, ainda, não se ter verificado;
- Contribuição Turística – a receita totalizou, no período, o montante de 13,2 milhões de CVE, registando uma evolução em termos homólogos de -270,5 milhões de CVE, traduzindo o facto das dormidas em estabelecimentos hoteleiros ainda estarem a sofrer um forte impacto da crise provocada pela Covid-19, com um nível baixíssimo de entradas de turistas do exterior, devido ao encerramento de fronteiras para viagens de lazer da maior parte dos países no Mundo, sendo o turismo interno marginal;
- Impostos sobre Transações Internacionais – a receita registou uma diminuição em 6,5% (-153,0 milhões de CVE), comparado ao mesmo período do ano anterior. A performance destes impostos está intrinsecamente ligada à importação. Em termos desagregados, em face ao período homólogo de 2020, verificou-se uma variação negativa tanto no Direito de Importação em 6,5% (-147,1 milhões de CVE) como na Taxa Comunitária CEDEAO em 5,8% (-5,9 milhões de CVE).
- Imposto de Selo – a cobrança em sede do imposto de selo teve uma evolução negativa em termos homólogos de 4,7% (-10,7 milhões de CVE), situando-se

em 214,8 milhões de CVE, devido essencialmente de uma atividade bancária relativamente robusta, apesar das moratórias bancárias decretadas.

- Imposto especial sobre jogos - a cobrança em sede desse imposto foi de 5,3 milhões de CVE, registando uma evolução negativa em termos homólogos de 12,6% (-70,4 milhões de CVE), uma vez que depende quase exclusivamente da atividade turística na Ilha do Sal, que, desde o início da crise pandémica, é quase inexistente.

No que toca às transferências (donativos), houve uma diminuição de 39,8% (-304,8 milhões de CVE), em face a arrecadação no período homólogo do ano anterior, situando-se em 461,7 milhões de CVE.

As outras receitas verificaram um decréscimo de 22,6%, refletindo o impacto da pandemia da Covid-19, com destaque à diminuição na arrecadação de receitas decorrentes da taxa de segurança aeroportuária, do serviço de passaportes, dos emolumentos de portos e capitánias e dos serviços policiais e fronteiras.

2.2. Venda de Ativos Não Financeiros

As receitas provenientes de Vendas de Ativos Não Financeiros, ascenderam 363,1 milhões de CVE, registando um aumento, em face ao registado no mesmo período de 2020 (45,4 milhões de CVE). Esse aumento é justificado, essencialmente, pela venda de imóveis, edifícios e a aeronave das Forças Armada.

3. Análise das Despesas Totais e Ativos Não Financeiros

3.1. Por Classificação Económica

As despesas totais e a aquisição de ativos não financeiros, em abril de 2021, atingiram 17.579,9 milhões de CVE, registando um agravamento de 7,3% em relação ao período homólogo de 2020.

Quadro 3 - Evolução das Despesas Totais por Classificação Económica

Mapa II - Despesa por Classificação Económica	2020		2021			
	Orç. Ret.	Abr	Orç.	Abr	Grau Exec.	Var. Hom.
Despesas com Pessoal	23 648	6 759	24 230	7 059	29,1	4,4
Remuneração Certas e Permanentes	21 705	6 384	22 193	6 541	29,5	2,5
Segurança Social	1 943	375	2 037	518	25,4	38,1
Aquisição de Bens e Serviços	15 438	2 038	11 372	2 157	19,0	5,8
Juros Correntes	5 187	1 679	5 463	1 713	31,4	2,0
Dívida interna	3 337	1 087	3 343	1 378	41,2	26,8
Dívida externa	1 754	591	2 023	325	16,0	-45,1
Outros encargos	96	1	96	11	11,1	1781,7
Subsídios	891	200	629	529	84,2	164,1
Transferências Correntes	8 072	1 901	7 389	1 810	24,5	-4,8
Governos Estrangeiros	820	28	433	9	2,0	-69,7
Organismos Internacionais	475	62	473	58	12,3	-6,5
Administração pública	6 778	1 810	6 482	1 744	26,9	-3,7
Benefícios Sociais	8 046	2 509	8 071	2 892	35,8	15,3
Outras Despesas Correntes	3 692	535	3 851	517	13,4	-3,3
Valor a regularizar		207		321		55,0
Despesas	64 974	15 827	61 004	16 998	27,9	7,4
Ativos e Passivos	10 301	553	16 892	582	3,4	5,2
Ativos não Financeiros	10 301	553	16 892	582	3,4	5,2
TOTAL DESPESAS	75 275	16 380	77 896	17 580	22,6	7,3

Fonte: MF

3.1.1. Despesas

Em finais de abril de 2021, as despesas executadas totalizaram o montante de 16.998,2 milhões de CVE, registando um aumento de 7,4% em relação ao período homólogo de 2020. Esta evolução resultou no aumento nas rubricas despesas com o pessoal (+4,4%), aquisição de bens e serviços (+5,8%), juros da dívida (+2,0%), subsídios (+164,1%), benefícios sociais (+15,3%), conjugado com a diminuição nas rubricas das transferências correntes (-4,8%) e outras despesas correntes (-3,3%), conforme abaixo se apresenta:

- A despesa com o pessoal evidenciou um aumento de 4,4% (+299,9 milhões de CVE) decorrente:
 - i. do impacto de implementação de PCCS das Forças Armadas, que teve início no segundo trimestre de 2020, reclassificações e acumulação de carga horária que vieram a ter impacto no mês de abril do presente ano, com destaque ao Ministério de Educação;

- ii. da diminuição do tempo médio do pagamento das contribuições à segurança social de 2021 comparativamente ao de 2020;
 - iii. do impacto de contratação de técnicos e pessoal de saúde que ocorreu a partir do segundo semestre, bem como o aumento das vendas e senhas de presença nas estruturas de saúde no âmbito da necessidade de resposta à Covid-19;
 - iv. da regularização atempada das despesas dos Órgãos de Soberania, nomeadamente a Assembleia Nacional e Presidência da República e também das Embaixadas; e
 - v. da *Bancarização* das estruturas do Supremo Tribunal de Justiça, Conselho Superior do Ministério Público, Conselho Superior da Magistratura Judicial, Tribunal de Contas, das Comissões de Recenseamento Eleitoral e do Cofre Geral de Justiça.
- “Aquisição de bens e serviços” registaram um aumento de 5,8% (+118,8 milhões de CVE), em face ao período homólogo do ano anterior, derivado do aumento das seguintes rubricas: Material de consumo clínico em 111,4% (+82,4 milhões de CVE) decorrente da execução dos projetos de prevenção e combate à Covid-19; Conservação e reparação de bens em 78,3% (40,1 milhões de CVE); Honorário em 57,8% (+40,9 milhões de CVE) resultante de despesas no âmbito das políticas de emprego e reforço ao sector de Educação; e despesas no âmbito das eleições (+57,3 milhões CVE). Tais agravamentos foram atenuados pelas medidas de cativos de despesas adotadas pelo Governo, através da Resolução do Conselho de Ministro n.º 8/2021, de 2 de fevereiro.
 - A despesa com os juros da dívida registou um aumento de 2,0% (+34,3 milhões de CVE), comparado com o mesmo período de 2020, resultado dos juros da dívida interna decorrente de novas emissões ocorridas no ano em curso.
 - Os “Subsídios” registaram um acréscimo de 164,1% (+328,5 milhões de CVE), em face ao mesmo período de 2020, justificado essencialmente, pelos subsídios transferidos às empresas privadas não financeiras, no âmbito da resolução 54/2021 de 16 de abril, resultante de indemnização compensatória anual pelas obrigações de serviço

público de transporte marítimo de passageiros e cargas inter-ilhas, cujo pagamento é efetuado através do Fundo Autónomo de Desenvolvimento e Segurança do Transporte Marítimo.

- Os “Benefícios Sociais” aumentaram 15,3% (+383,8 milhões de CVE), justificado, essencialmente, pela dinâmica esperada do aumento do número dos pensionistas, originando um aumento nas rubricas de pensões de aposentação em 7,6% (+114,5 milhões de CVE); pensões de sobrevivência em 12,2% (+11,1 milhões de CVE) e outros benefícios sociais em numerários em 176,4% (+243,9 milhões de CVE). Este último no âmbito do apoio social de emergência às famílias afetadas pela pandemia da Covid-19 (Rendimento Social de Inclusão), do pagamento de estágios profissionais, formação para empregabilidade e apoio à reinserção socioprofissional.
- As “Transferências Correntes” tiveram uma diminuição de 4,8% (-90,4 milhões de CVE), comparado com o mesmo período do ano transato, justificado, essencialmente, pela diminuição das transferências em face ao período homólogo, aos municípios e às famílias no âmbito de apoio ao combate à Covid-19.
- “Outras Despesas Correntes” evidenciaram uma diminuição de 3,3% (-17,7 milhões de CVE), comparativamente ao mesmo período de 2020, decorrente do facto de não se registarem restituições do IVA neste período.

3.1.2. Ativos Não Financeiros

A execução dos Ativos Não Financeiros, ascendeu ao montante de 581,7 milhões de CVE, equivalente a 3,4% do total do orçamento, um aumento de 5,2%, representando, em termos absolutos, uma variação positiva de 28,5 milhões de CVE comparativamente à execução de 2020. O montante executado decorre, essencialmente, dos seguintes projetos: “Reforço ao sector da educação” com uma execução de 66,8 milhões de CVE; “Redução de Perdas em Eletricidade e Melhoria de Qualidade de Energia” com uma execução de 48,4 milhões de CVE; “Reabilitação de estradas” com uma execução de 136,3 milhões de CVE; “Construção e Reabilitação de Infraestruturas Desportivas” com uma execução de 27,1 milhões de CVE; e “Programa

de Promoção de Oportunidades Socioeconómicas e Rurais (Poser - Clima)” com uma execução de 19,5 milhões de CVE.

3.2. Por Tipo de Financiamento

No que tange ao financiamento, nota-se que 94,2% das despesas totais (despesas e ativos não financeiros) são financiadas por recursos internos (recursos endógenos) e 5,8% em recursos externos.

Ao nível dos recursos externos:

- Os donativos, na modalidade de financiamento direto aos projetos, totalizam o montante de 302,9 milhões de CVE, equivalente a 29,5% do total do financiamento externo, sendo os financiadores com maiores execuções o Luxemburgo com 83,3 milhões de CVE e Banco Europeu de Investimento com 48,4 milhões de CVE;
- Os empréstimos externos ascenderam a 703,5 milhões de CVE, equivalente a 68,5% do total do financiamento externo. Esses financiamentos foram canalizados para 12 programas, com destaque para Garantia de acesso ao rendimento (250,9 milhões de CVE), às Infraestruturas Modernas e Seguras (170,7 milhões de CVE) e á Educação de Excelência (99,4 milhões de CVE) e Transformação da Agricultura (51,0 milhões de CVE).

Quadro 4 - Evolução das Despesas Totais por Tipo de Financiamento

Financiamento	2021		Grau Exec.	Peso %
	Orç	Abril		
Interno	62 962	16 553	26,3	94,2
Tesouro (Rec. Int.)	62 123	16 444	26,5	99,3
OFN	839	108	12,9	0,7
Externo	14 934	1 027	6,9	5,8
Donativo	2 219	303	13,7	29,5
Empréstimo	12418	704	5,7	68,5
Ajuda Alimentar	297	21	7,0	2,0
Total da Despesa	77 896	17 580	22,6	100,0

Fonte: MF

4. Projetos em Resposta à Covid-19

A execução orçamental dos projetos inscritos em resposta à Covid-19, até abril de 2021, totalizaram 561,6 milhões de CVE, representando uma taxa de execução de 35,3%. Ao nível de execução dos projetos, por modalidade de financiamento, no período em análise, foi financiado pelo tesouro em 25,7%, por empréstimo em 69,3% e por donativos em 5,0%.

MOD. FINAN	VALOR_ATUAL	VALOR_PAGO	PESO %
Donativo	208	28	5,0%
Empréstimo	856	389	69,3%
Tesouro	528	145	25,7%
Total Geral	1 592	562	100,0%

Fonte: MF

Dos projetos executados no período, em valores absolutos, destacam-se:

- “Implementação de Rendimento Social de Inclusão “(250,9 milhões de CVE);
- “Prevenção e Combate a Coronavírus” (130,5 milhões de CVE);
- “Reforço ao Setor da Educação” (112,0 milhões de CVE);
- “Preparação Projeto Cabo Verde Digital” (37,8 milhões de CVE);
- “COVID-19 RSI Emergencial” (8,2 milhões de CVE); e
- “Apoio aos Municípios – Combate a Covid-19” (7,2 milhões de CVE).

Quadro 5 – Execução dos projetos no âmbito da Covid-19

FUNÇÕES DO ESTADO	PROJETOS	VALOR_ATUAL	VALOR_PAGO	GRAU EXEC.
07.00.01 - Serviços Públicos Gerais	Apoio Aos Municípios - Combate A Covid 19	16	7	43,5%
07.00.01 - Serviços Públicos Gerais Total		16	7	43,5%
07.00.04 - Assuntos económicos	Cabo Verde Digital	18	1	7,0%
	Transição Da Economia Informal A Formal	20	0	0,0%
	Preparação Projeto Cabo Verde Digital	102	38	37,0%
07.00.04 - Assuntos económicos Total		140	39	27,9%
07.00.07 - Saúde	Aquisição De Vacina Covid19	20	0	0,0%
	Prevenção E Combate A Coronavírus	394	130	33,1%
	Prevenção E Combate A Coronavírus	29	13	44,8%
	Reforço De Capacidade Laboratório Virologia	30	0	0,0%
	Reforço Do Setor Da Saúde No Combate Ao Covid19	2	0	0,0%
	Preparação E Resposta A Covid-19	24	1	4,1%
07.00.07 - Saúde Total		499	144	28,9%
07.00.08 - Serviços culturais recreativos e religiosos	Apoio A Classe Artista Cultural - Covid-19	10	0	0,0%
07.00.08 - Serviços culturais recreativos e religiosos Total		10	0	0,0%
07.00.09 - Educação	Bolsa Cabo Verde Digital	20	0	0,0%
	Reforço Ao Sector Da Educação	448	112	25,0%
07.00.09 - Educação Total		468	112	23,9%
07.00.10 - Protecção social	COVID-19 RSI Emergencial - Redes de Segurança e Recuperação de Rendimentos para as famílias mais pobres e mulheres trabalhadoras informais em Cabo Verde	8	8	98,3%
	Implementação De Rendimento Social De Inclusão	450	251	55,7%
07.00.10 - Protecção social Total		459	259	56,5%
Total Geral		1 592	562	35,3%

Fonte: MF

5. Dívida Pública

O stock da dívida pública, excluindo os TCMF, atingiu 264.528,0 milhões de CVE, em 30 de abril de 2021, cabendo à dívida interna 79.680,7 milhões de CVE (45,4% do PIB) e à dívida externa 184.847,3 milhões de CVE (105,3% do PIB). Nesta sequência, o rácio dívida pública/PIB atingiu os 150,3%, cerca de 1,1 p.p. acima do valor registado em Abril de 2020².

Quadro 7 – Evolução da Dívida Pública

	Abril .2020	Abril .2021	Var. Hom	% PIB/20	% PIB/21
Estoque Global	246 635,2	264 528,0	7,3	149,6	150,6
Dívida Interna	68 428,9	79 680,7	16,4	41,5	45,4
Dívida Externa	178 206,3	184 847,3	3,7	108,1	105,3

Fonte: MF

² O PIB utilizado para o cálculo do rácio em 2020 é o PIB ajustado a reprogramação para o referido ano, nos termos apresentado pela DNP, ou seja, 164.911 milhões de CVE (o PIB inicialmente utilizado aquando da apresentação da conta mensal 2020 foi o projetado para o Orçamento inicial de 2020, cerca de 211.095 milhões de CVE, em que foi apresentado um stock da dívida em percentagem do PIB de 116,8).